



CAMPONESES X “OLIGARQUIA DA CANA”: A QUESTÃO AGRÁRIA E OS CONFLITOS TERRITORIAIS EM CODÓ NO MARANHÃO

Vanderson Viana Rodrigues ¹
Eliezer Henrique da Silva Sousa ²

RESUMO

No presente estudo discorremos a análise dos conflitos territoriais entre os camponeses e agentes do capital no município de Codó no Estado do Maranhão, buscando (re)descobrir as forças confrontantes, e a intensificação no número de conflitos agrários no município, além das estratégias de enfrentamento a partir das entidades de classe e/ou apoio, uma vez que o sistema de objetos não é apenas técnico, mas também social, ou seja, é reflexo e condição de ações políticas que participam da produção de uma ordem territorial dinâmica e funcional que se transforma em função dos padrões de produção e regulação capitalista. Os conflitos territoriais entre camponeses e agentes do capital em Codó – fazendeiros, grileiros, empresários do agronegócio e empresas voltadas para o uso do território –, têm sua gênese ligada às políticas de expansão de áreas agrícolas efetivadas pelos governos Federal e Estadual por volta dos anos 2000, que incentivam o mercado de terras no Maranhão.

Palavras-chave: Camponeses, “Oligarquia da Cana”, Conflitos territoriais, Estado do Maranhão.

INTRODUÇÃO

A temática proposta para o presente trabalho, é rica e compreende um conjunto de discussões acerca dos estudos sobre a questão agrária e dos conflitos territoriais em diversas escalas, pois suscitaram questionamentos a respeito da realidade camponesa, de sua organização e das implicações do avanço de monoculturas e de empreendimentos (des)envolvimentistas no município de Codó no Maranhão, chamando-nos atenção, principalmente a invisibilidades dos camponeses e sobretudo, sua marginalização frente as ações de exclusão e de desterritorialização, que se dão sob a égide do discurso desenvolvimentista.

A questão central que buscamos responder neste trabalho é: como se dá a organização camponesa frente aos inúmeros conflitos territoriais e as necessidades, em especial ao

¹ Mestre em Geografia - Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGG/UEPA – Belém/PA; Pós-graduado em Meio Ambiente e Desenvolvimento; Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais – GEPQAM/UEMA/CNPQ e do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia – GPTECA/UEPA/CNPQ; vanderson2016rodrigues@gmail.com;

² Graduando em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais – GEPQAM/UEMA/CNPQ; Bolsista do programa institucional de bolsas de Iniciação Científica - IC BIC/UEMA/FAPEMA, henriqueeliezer060@gmail.com;

autoconsumo e reprodução familiar, num contexto de expropriação de seu território efetivada por uma dinâmica de expansão e (des)envolvimento capitalista no espaço agrário codoense. Nesse contexto, a abordagem da presente temática fez-se relevante, uma vez que colocamos em análise os impactos das atividades com aporte técnico científico globalizado, sobre a vida/cotidiano e o/os territórios camponeses do município de Codó - MA.

Os camponeses que tiveram seu território e conseqüentemente o seu modo de vida afetado, contraditoriamente os (re)criam através da luta pela/na terra, com diferentes mecanismos, que lhes assegurem a permanência e o seu desenvolvimento econômico, social, político e cultural. No contexto das novas territorialidades forjadas por imposição do capital, por meio deste trabalho, realizamos uma análise dos processos de luta pela/na terra, da Comunidade Camponesa de Queimadas, localizadas no município de Codó no Estado do Maranhão. Especificamente, procedemos um levantamento dos elementos que dão corpo à questão agrária local, uma vez que, o território é também resultado de um processo histórico carregado de relações de poderes.

APORTE TEÓRICO

As análises da conflitualidade, se pautam na compreensão e distinção dos principais atores sociais envolvidos (camponeses e agentes do capital), dando ênfase aos grupos sociais marginalizados (LITTLE, 2006), os mais afetados pelas relações assimétricas de poder, e analisando as especulações de legitimação das práticas sociais de apropriação do território e seus recursos naturais, para que as interrelações sejam mapeadas e as conexões entre as esferas locais, regionais e nacionais sejam compreendidas, ou seja, consideraremos as conseqüências negativas, que o avanço das atividades ligadas ao agronegócio impõe às comunidades camponesas.

Utilizamos a categoria geográfica território como base para as análises e discussões, para tanto, nos apoiaremos nos estudos de autores da Geografia e de outros campos do conhecimento, como Sociologia, História, Filosofia, Ciências Políticas, e outras que nos ajudarão na compreensão desta categoria.

A análise terá como ponto de partida o conceito de território desenvolvido por importantes autores como Haesbaert (2004), Saquet (2007), Santos (2011), Bozzano (2017), entre outros. Consideramos tal conceito, fundamental para a compreensão da temática aqui apresentada.

Santos (2011, p. 13), na obra “território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial” na qual conceitua território como sendo “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, aonde a história



do homem plenamente se realiza, a partir das manifestações da existência.” Esboça o território tendo em vista as relações sociedade e natureza, nas mais diversas acepções dessa relação.

Empregou-se da mesma forma, a categoria analítica “camponês”, por entender sua abrangência, aprofundamento teórico e utilização ao longo da história em diversos estudos e análises sobre a vivência e relação sociedade-natureza, além de ser uma terminologia que permite aprofundamento sócio-crítico, sócio-histórico, que se fundou muito antes do termo “agricultor familiar”. Neste sentido nos alinhavaremos pelas discussões feitas por autores como, Chayanov (1974), Martins (1981), Oliveira (2001), Carvalho (2014).

Com base em tais premissas emanadas pelos conceitos de território e de camponês, desenvolvidos pelos autores supracitados e outros mais, é que empreendemos análises dos conflitos agrários no município de Codó – MA, com destaque para aqueles que envolvem os camponeses em razão da produção de cana e de celulose, da supressão da vegetação de Cerrado para a produção de carvão e a instalação do complexo agroindustrial no município.

METODOLOGIA

Para compreensão da dinâmica dos conflitos e confrontos que ocorreram no município, os quais envolvem os distintos atores sociais aqui analisados, foram realizadas entrevistas, conversas informais e coleta de dados com entidades representativas, com sede em São Luís – MA, com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP, agência estadual da CPT – Maranhão, Arquidiocese da Igreja Católica do Estadual, INCRA, IBGE e IMESC.

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, empregaremos como método, o materialismo histórico dialético (MARX, 1978; NETTO, 2011), pois este possibilita analisar, como o homem se organiza na produção e reprodução do capital, além do seu caráter histórico (como ele se organiza através dos tempos). Pois entendemos que, nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido, se focalizado isoladamente, sem conexão com os fenômenos que o cercam, pois todo fenômeno, tomado de qualquer campo da natureza, pode converter-se em um absurdo, se examinado sem conexão com as condições que o cercam.

Para este trabalho realizamos entrevistas semiestruturadas, visando o levantamento de dados quali-quantitativos, tendo em vista que “os tratamentos “quantitativo” e “qualitativo” não são excludentes e podem se associar e se complementar mutuamente nas pesquisas” (RANGEL, RODRIGUES & MOCARZEL, p. 9, 2018). Assim, estes dados nos fornecem substratos sobre os diferentes conflitos socioterritoriais, que emergem entre os camponeses e os agentes do capital em razão do avanço dos mecanismos capitalistas no campo do município de Codó.

No percurso metodológico deste estudo, valêmo-nos em um primeiro momento, de uma pesquisa de caráter bibliográfico, em busca de dados secundários, realizada em livros, periódicos, anais de eventos, anuários e outros documentos elaborados pelo poder público e as sociedades civis (MARCONI, & LAKATOS, 2003).

A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRIBUSINESS NO MARANHÃO E EM CODÓ

O uso das terras do cerrado maranhense para a agricultura técnico-científica globalizada surge entre 1971 e 1974, quando foram iniciados os primeiros estudos no estado para testes com os solos e adequação das sementes:

através do Departamento de Pesquisa e Experimentação – DEPE da secretaria de Agricultura do Maranhão – SAGRIMA através de convenio firmado com a SUDENE [...]. em 1978 a Empresa Agropecuária do Estado do Maranhão – EMAPA, sob a coordenação do Centro Nacional de Pesquisas com soja – CNPSO/ EMBRAPA ampliou a iniciou um programa de pesquisa com soja cujo finalidade era verificar, a nível de campo, a adaptabilidade da cultura em algumas regiões do estado, sendo selecionados os municípios de Bacabal, Balsas e Brejo, localizados em Microrregiões distintas [...], de maneira que no início de 1980 a SAGRIMA elaborou o documento intitulado ‘Subsídios do para um Programa de Expansão da Cultura da Soja no Estado do Maranhão’ com o objetivo de [...] fortalece a economia agrícola estadual através da expansão da cultura da soja, implementar a oferta de matéria prima ao parque industrial de oleaginosas e abrir novos espaços a exportação da economia estadual, com vista ao mercado regional (FERREIRA, 2008, p. 101 e 102).

A partir de 1995, no Sul do Maranhão, toma-se relevante a fase III do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)³, que tinha como objetivo tornar as áreas de cerrado do Maranhão e do Tocantins (norte de Goiás) mais produtivas aproveitando todo seu potencial, bem como estimular a migração racional. O programa visava, fundamentalmente, a implantação de agricultores familiares de médio porte que não possuíam sua própria terra, cuja seleção desses produtores se deu principalmente por cooperativas de cada região. O programa tinha algumas peculiaridades, dentre as quais destaca-se o fato de que os produtores adquiriram todos os insumos necessários à produção, tais como terra, máquinas agrícolas, residência, instalações, recursos para custeio, dentre outros.

Esse programa equivale ao Projeto de Colonização Gerais de Balsas (PC-GEBAL), implantado no Sul e Centro Oeste do Estado do Maranhão a partir de julho de 1996, incorporando, inicialmente, uma área de 80 mil hectares, a qual, segundo Giordano (1999):

³ O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, foi um programa que estabelecia a relação entre Brasil e Japão para o desenvolvimento agrícola em áreas do cerrado brasileiro. Teve início em um comunicado conjunto assinado pelo primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka, e pelo então Presidente do Brasil Ernesto Geisel, em setembro de 1974, e encerrou-se em 2001 (BRASIL, 2019).



[...] com exploração de 40 mil ha por 42 colonos, tendo consumido investimentos de US\$ 138 milhões de recursos dos governos brasileiro (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/Banco do Nordeste) e japonês (Japan International Corporation Agency - JICA) (GIORDANO, 1999, p. 114).

Essas políticas resultaram na implantação do cultivo da soja e milho destinados à exportação e desenvolvido por empresas como a Agropecuária e Industria Serra Grande Ltda. (AGROSERRA), VARIG Agropecuária, CUTRALE, CARGIL e a CEVAL (FERREIRA, 2008), estes grupos empresariais se instalaram no município de Balsas no Sul do Maranhão.

A abertura de campos de produção no centro oeste do Estado do Maranhão se intensifica após a já propalada implementação dos programas acima citados no município de Balsas. Assim, Codó atraiu empreendimentos pela sua logística de transporte e distribuição de mercadorias por meio da ferrovia transnordestina e pelos baixos Impostos sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS). Contudo, essas empresas, para aumentar a produtividade, necessitaram de tecnologia, pesquisa, energia elétrica e áreas planas que permitissem o uso de máquinas modernas.

Assim, por várias razões, as lavouras modernas vão encontrar neste corredor de (des)envolvimento de Codó a Balsas as condições ideais para seu desenvolvimento, dentre as quais tem-se como importante fator a disponibilidade de terras ditas “sem produtividade” pelo Estado⁴.

Na prática, o programa não incluiu os camponeses, não pelas características peculiares que este grupo social apresenta, como modo de vida e condições materiais, mas, principalmente, porque, a despeito do programa preconizar atender aos agricultores familiares médios, a intenção era beneficiar outro tipo de produtor, como se pode vislumbrar na atualidade.

É neste contexto que o município de Codó foi sendo inserido, modificado e transformado “num espaço nacional de economia internacional” (SANTOS, 1996, p. 244), por conta da inserção das plantações de cana-de-açúcar, que atraiu e continua atraindo cada vez mais empreendimentos voltados para o mercado de *commodities*⁵.

⁴ Essas terras e territórios historicamente são e foram ocupadas por camponeses e povos originários que são desprezados e ditos invisíveis pelo governo na intensiva busca de implementar tal corredor de desenvolvimento.

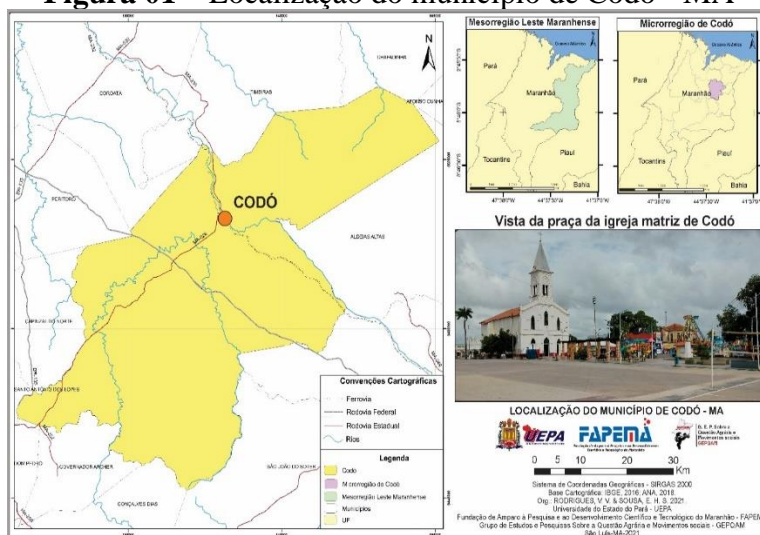
⁵ O termo *commodity*, que em português significa mercadoria, tem longa tradição de uso tanto na economia política quanto em sua crítica. Diz-se que um recurso, um bem ou um serviço torna-se uma mercadoria quando é comprado e/ou vendido no mercado, adquirindo, portanto, um preço. Assim, o arroz torna-se uma mercadoria quando é produzido para ser vendido no mercado, o que não acontece quando é consumido diretamente pelo produtor ou canalizado para os consumidores por outros mecanismos que não os do mercado (por exemplo, sua distribuição direta por agências governamentais ou organizações de produtores). Da mesma forma, a força de trabalho humana torna-se uma mercadoria apenas quando é vendida no mercado, obtendo um preço representado pelo salário monetário (DELGADO, 2012, p. 135).

O município de Codó está localizado na Mesorregião do Leste Maranhense e é o maior município da Microrregião que recebe o mesmo nome do município – Codó. O município tem como limites: Norte: os municípios de Coroatá, Timbiras e Chapadinha; Sul os municípios Caxias, São João do Sóter, Gonçalves Dias, Governador Archer e Dom Pedro; Leste os municípios Chapadinha, Afonso Cunha, Aldeias Altas e Caxias; Oeste com Santo Antônio dos Lopes, Capinzal do Norte, Peritoró, Coroatá.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município conta com uma área territorial de 4.361,344 km², com população estimada, em 2021, de 123.310 pessoas (IBGE, 2021), e está situado a 43 m de altitude em relação ao nível médio do mar, e possuindo as seguintes coordenadas geográficas, com ponto fixo de aferimento no marco central da sede municipal: Latitude 4°27'18" Sul e Longitude 43°52'44" Oeste (GOOGLE EARTH PRO, 2021).

A distância da cidade sede do município à capital São Luís é de 290 km. Fundada em 16 de abril de 1896 (124 anos) (PREFEITURA DE CODÓ, 2014), é cortada pela Rodovia Federal BR-316 e a Ferrovia São Luís – Teresina, que liga Teresina-PI ao Porto do Itaqui em São Luís e serve de principal porta de escoamento de mercadorias, como combustíveis, cimento e gusa (MACHADO, 1999) (Figura 01). O ano de 1780, marcou o início do povoamento do atual território do município de Codó no Estado do Maranhão. A economia era baseada em atividades agrícolas desenvolvidas por aristocratas rurais maranhenses. “Um dos primeiros exploradores foi o agricultor Luís J. Rodrigues e o português Francisco M. Rodrigues. O povoamento também teve a participação de escravos e de imigrantes” (IBGE, 2021).

Figura 01 – Localização do município de Codó - MA



Fonte: IBGE, 2016.; ANA, 2018.

Org.: RODRIGUES; SOUSA, 2021.

No período colonial, Codó destacou-se pela produção de algodão, tendo a primeira indústria do município construída em 1892, chamada Companhia Manufactureira e Agrícola, de propriedade de Emílio Lisboa, e depois passada para Sebastião Archer (FERRETI, 2001) (Figura 02 e 03).

A formação administrativa do município é descrita pelo IBGE (2021), e segue ressaltando a criação do distrito criado com a denominação de Urubu, pela Lei Provincial n.º 13, de 08-05-1835, onde atualmente é a cidade de Codó. O ponto foi escolhido pela localização às margens do Rio Itapecuru. O distrito foi elevado à categoria de vila com a denominação de Urubu, pela Resolução Régia de 19-04-1833. Sede na vila de Urubu. A troca do nome de vila de Urubu para Codó deu-se por meio da lei Provincial n.º 68, de 21-07-1838. Anos depois a vila é elevada à condição de cidade com a denominação de Codó, pela Lei Estadual n.º 133, de 16-04-1896.

Figura 03 - Atual prédio da antiga Fábrica de tecidos – Escola Liceu codoense



Fonte: SOUSA, 2021.

Figura 04 - Fábrica de tecidos em Codó, MA - 1957



Fonte: IBGE, 2014.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 2 distritos: Codó e Monte Alegre. Pela Lei Estadual n.º 921, de 05-04-1920, é desmembrado do município de Codó do distrito de Monte Alegre o qual é elevado à categoria de município. Contudo pelo Decreto Estadual n.º 75, de 22-04-1931, e confirmado Pelo Decreto n.º 539, de 16-12-1933, Codó adquiriu o extinto município de Monte Alegre em 1934.

Já em 1943, pelo Decreto-lei Estadual n.º 820, de 30-12-1943, é criado o distrito de Dom Pedro e anexado ao município de Codó. Em 1948 pela Lei Estadual n.º 269, foram criados os distritos de Codozinho e São Raimundo de Codó, e anexados ao município de Codó. Pela Lei Estadual n.º 815, de 09-12-1952, é desmembrado do município de Codó o distrito de Dom Pedro, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 3 distritos: Codó, Codozinho e São Raimundo de Codó, assim permanecendo na divisão territorial atual.

No que se refere a hidrografia, o município de Codó está situado na região dos cocais maranhenses, no vale do Itapecuru, e é banhado por este importante rio do Estado, sendo o maior rio do Maranhão em extensão. Codó possui 3 rios perenes. A bacia hidrográfica de Codó é constituída pelo rio Itapecuru, seu importante afluente, o rio Codozinho, que tem como afluente o Rio Saco, além de muitos brejos e rios temporários, como brejo do Roncador, o brejo da Cassiane, o brejo da Tiririca, o brejo da Pratinha, o brejo da Santana, o riacho São José (que é afluente do Rio Itapecuru), o rio Cigano e o riacho Beijo Caído (IBGE, 2021).

As festas afro-religiosas (terecô) e os festejos juninos, como as festas do mestre Bitá do Barão no mês de agosto, atraem inúmeras pessoas de outros Estados do Brasil e até mesmo de outros países (Figura 05). A cidade possui uma estrutura de balneários para atender seus visitantes, os quais, além das praias, buscam o turismo no Memorial de Codó, no Instituto Histórico e Geográfico de Codó (um museu da história codoense) e a Expo Codó (Figura 06).

Figura 05 - Terecô de Codó no Terreiro do Mestre Bitá do Barão - Codó/MA



Fonte: JM Entretenimento Cultural, 2018.

Figura 06 - Instituto Histórico e Geográfico de Codó



Fonte: SOUSA, 2021.

O município de Codó foi apontado em 2012, pela revista EXAME (2012), como uma das 40 cidades do interior do Brasil onde o consumo mais cresce ao ano. A cidade conta com indústrias que atuam nos segmentos de higiene e limpeza, dentre outros, e a Itapecuru Agroindustrial, que produz o cimento Nassau. Também vem se destacando em Codó o comércio de peixes produzidos em diversas pisciculturas do município.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

O espaço agrário maranhense transforma o território e modifica as relações sociais de inúmeras famílias. O processo de instalação da tecnologia agrícola no Maranhão segue um padrão que pouco ou nada difere do de outras regiões do país, como o ocorrido no Sul e Sudeste, que se expandiu para o Centro-Oeste e hoje se faz presente por toda parte, avançando sobre os biomas do cerrado e da Amazônia brasileira, os quais testemunham uma reconfiguração de sua

geografia e representam “também o surgimento de um novo front - frente pioneira do processo de ocupação do espaço através da agricultura no país” (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Essa realidade, em que grandes empresários do campo, ceifam a vida de camponeses, ou forçam uma retirada do território, infelizmente é comum no Maranhão, haja vista os acirramentos das disputas dos grandes produtores para a implantação de pastagem, e mais recentemente de campos produtores direcionados à agricultura tecnificada, da lavoura capitalista, que para implementação das suas demandas, expulsa os camponeses para as pequenas cidades localizadas próximas às gigantescas plantações, geralmente produtoras de soja, eucalipto, ou como no caso de Codó, Cana-de-açúcar.

No que se referi aos dados de conflitos, ao todo, segundo os dados da CPT são 163 casos de conflitos registrados em Codó, durante o ano de 2000 a 2020, com um contingente de famílias de 9.580. Desta forma, nota-se a violência com que o agronegócio no município de Codó se utiliza, como estratégia para desterritorializar os camponeses, em favor da produção e a implementação do agroindustrial (CPT, 2019).

Compreendemos que a luta de classes é uma causalidade do agir e pensar diferente, ou seja, a dualidade de pensamentos, ideias e interesses protagoniza a luta de classes, contudo também já explicitamos que essa difusão de pensamentos resulta em um conflito, e que dentro do conflito, as instituições do Estado Burguês e todo o aparelhamento do capital financeiro privado e muita das vezes público, buscam apoiar e até mesmo subsidiar o conflito estando ao lado dos grandes empresários.

Dito isto, apresentamos o caso das comunidades tradicionais Queimadas em Codó. Assim, nos basearemos em um documento construído pela SEDIHPOP, que nos traz elementos dentro o histórico de conflitos no município de Codó, destacaremos um conflito coletivo que perdura a mais de 30 anos, o qual se trata de um conflito no território quilombola de Queimadas, contra um Grupo Empresarial que vamos chamar por motivos éticos de “*Oligarquia da Cana*”.

No percorrer da disputa pela terra, nesses períodos de mais de 30 anos, destaca-se a postura mais truculenta e repressiva em que a empresa começou a executar, a partir de 2010, no ano de 2012, a “*Oligarquia da Cana*” começou-se a utilizar-se de ameaças, contra a vida das lideranças das comunidades, inclusive algumas lideranças dessas comunidades estão no Programa de Proteção aos Direitos Humanos.

Compreendemos essa Oligarquia como uma das variáveis da lógica neoextrativista que se implantou nesta região já que compreendemos essa prática como um tipo de extração dos recursos naturais (terra, inclusive) em grande grande volume e alta intensidade que se orientam



essencialmente para a exportação com uma transformação mínima desse mesmo recurso (GUDYNAS, 2015).

O ano de 2012 também marcou como o ano do início do processo de reconhecimento das comunidades, junto ao INCRA, no ano de 2014, no mês de maio o processo judicial possui decisão liminar favorável à comunidade em sede de manutenção de posse, contudo o processo se encontra parado até os dias atuais.

Na comunidade de Queimados, a questão central envolve ameaças de morte por parte da “*Oligarquia da Cana*”, seguindo informações, que nos foi passada pela líder da comunidade, o conflito teve início em 2006, ano em que o suposto proprietário da empresa iniciou o processo de cobrança pelo foro da área utilizada.

Todavia, no ano de 2009, os camponeses na busca de organizassem na luta pela terra, fundaram a Associação de Moradores, dessa forma, a partir do ano de 2009, em ação deliberativa dos moradores da comunidade, em comum entendimento, de que pagar pelo foro da terra, se tratava de uma medida estratégica por parte dos agentes do capital, para pressionar a saída dos camponeses do seu território, dessa forma, a comunidade parou de pagar o foro, após essa decisão, as tensões sobre o território aumentaram, e pode ser por essa medida, a causa do acirramento do conflito.

Para entendermos melhor, os conflitos famigerados, necessitamos compreender as ações e historicidade da empresa causadora do conflito, a “*Oligarquia da Cana*”, é uma empresa do setor de petróleo e biocombustíveis, a sua chegada no Maranhão, se deu pelos incentivos fiscais do Governo Federal, no ano de 1978, onde os empresários do ramo, vindo do estado do Rio de Janeiro chegaram no município de Codó, sobre isso, a Fiocruz, (2014) nos fala que: “através dos incentivos fiscais e de crédito concedidos pelo Governo Federal por meio do programa Pró-Álcool. Instalou-se, inicialmente, no município de Aldeias Altas, onde começou a produzir cana-de-açúcar em 1978”.

Ainda neste sentido, destaca-se o deserto verde, de cana-de-açúcar, que a empresa detém, que segundo os líderes comunitários, um dia já foi uma comunidade, todavia, na base do conflito, da expulsão violenta da terra, e um processo de desterritorialização, a “*Oligarquia da Cana*” transformou o lugar em uma espaço de economia complexa e contraditória, sob as ações do mundo globalizado, onde todos os espaços tornam-se “num espaço nacional de economia internacional” (SANTOS, 2006).

Desta forma, entendemos os conflitos territoriais em Codó, tendo como principal responsável o agronegócio, e seus agentes do capital, onde, os representantes dessa classe se mostram ativos, integram o grupo denominado de ruralistas e contam com apoio dos

parlamentares, armamentista e de grande parte dos evangélicos, que por conta de sua pauta conservadora, compõem no congresso nacional a bancada cognominada de “BBB”, ou seja, são os representantes do Boi, da Bala e da Bíblia.

Chega-se a algumas conclusões acerca dos conflitos territoriais em Codó: a falta de uma verdadeira reforma agrária de base, órgãos públicos como o INCRA na escala da união e o ITERMA na escala estadual, que deveriam atuar na realização de uma verdadeira reforma agrária, estão sucateados e enfraquecidos e, muitas vezes, cooptados pelo governo federal.

A CPT, em diversos de seus relatórios anuais, tem colocado Codó e o Maranhão em primeiro lugar no ranking dos conflitos agrários e principalmente de assassinato no campo. Isso mostra que pouco ou nada se tem feito para minimizar tais problemas e acabar com os conflitos e mortes nos ambientes de campesinato.

Apesar das particularidades que se fazem presentes nas discussões traçadas sobre o território, a questão agrária e os conflitos agrários no município de Codó, compreendemos que há uma ligação com escalas maiores, a níveis Estaduais, Federais e até mundiais. Podemos afirmar, assim, que as adversidades pelas quais passam os camponeses e os povos tradicionais do município são análogas às condições de vida de milhares de famílias camponesas brasileiras.

REFERÊNCIAS

BOZZANO, H. *Territorios posibles: procesos, lugares y actores*. 3Ed. B. Aires: 2017.

CARVALHO, H. M. (Org.) *Chayanov e o Campesinato*. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CPT. *Conflitos no Campo no Brasil – 2019*. CPT: Goiânia, 2019, 169p.

DELGADO, N. G. Commodities agrícolas. In. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Organizadores) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERRETI, M. *Encantaria de "Barba Soeira", Codó, capital da magia negra?*. São Paulo: Siciliano, 2001.

FIOCRUZ. *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. MA – Comunidades quilombolas de Queimadas*. São Paulo – SP. 2014. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=ma-comunidades-quilombolas-de-queimadas>. Acessado em: 20 fev. 2021.



GUDYNAS, E. Extractivismos – ecologia, economia y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza. Cochabamba: CLAES, 2015.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade.** P. Alegre, 2004.

LITTLE, P. E. **Ecologia política como etnografia:** uma guia teórica e metodológica. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

MACHADO, J. B. **Codó - Histórias do Fundo do Baú.** São Luís: FACT/UEMA, 1999.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil:** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K. “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.” In: Marx, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos: seleção de textos de José Arthur Giannotti.* 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** SP: Exp. Popular, 2011.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil.** 4ª Ed. SP: Contexto, 2001.

RANGEL, M.; RODRIGUES, J. N.; & MOCARZEL, M. **Fundamentos e princípios das opções metodológicas:** Metodologias quantitativas e procedimentos quali-quantitativos de pesquisa. Omnia vol. 2018.

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo – Globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo – SP. Ed. USP. 5ª Ed. 2011.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, M, A. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade.** Geosul, Florianópolis, jan./jun. 2007.

WOORTMANN, K. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. In: CARVALHO, H. M. (Org.) **Chayanov e o Campesinato.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.